

Economia.

Veja o que precisa mudar no edital da BR 262
Pág. 23

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

SEM DINHEIRO

PREFEITOS PENDURADOS E NO SUFOCO COM LEI FISCAL

Queda de receita das cidades este ano é de R\$ 600 milhões

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Das 31 prefeituras do Espírito Santo que apresentaram balanços do primeiro semestre ao Tesouro Nacional, 28 registraram queda de receita na comparação com o mesmo período do ano passado. Em determinados municípios, principalmente os menores, a situação é dramática. Em Alto Rio Novo, Noroeste do Estado, a redução é de 43%. Em Cariacica, cidade capixaba com a menor arrecadação por habitante, o recuo é de 33,3%.

Regiões consideradas grandes e ricas também não passam ilesas pela queda de arrecadação que se alastra por praticamente todos os 78 municípios do Espírito Santo – só os que recebem grandes repasses de royalties devem escapar. Nos primeiros seis meses do ano, a Serra viu sua receita cair 12%. Em Vitória, a prefeitura registrou queda de 10,5%. Em Linhares, o recuo foi de 5,6%.

Como consequência desta retração da arrecadação, alguns municípios já ultrapassaram os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Até abril, das prefeituras que apresentaram as contas ao Tesouro, seis já tinham superado o teto para gastos com pessoal (54% da receita corrente líquida) e outros quatro estavam acima do limite prudencial (51,3%).

“Trata-se de uma calamidade que só tende a se agravar até o final do ano. Vivemos a consequência da redução do alcance do Fundap (a alíquota do ICMS dos

MUNICÍPIOS NA PENÚRIA

Das 31 prefeituras capixabas que apresentaram seus balanços do primeiro semestre à Secretaria do Tesouro Nacional, 28 registraram queda de arrecadação



RECEITA CORRENTE

Em R\$ milhões, já corrigida a inflação

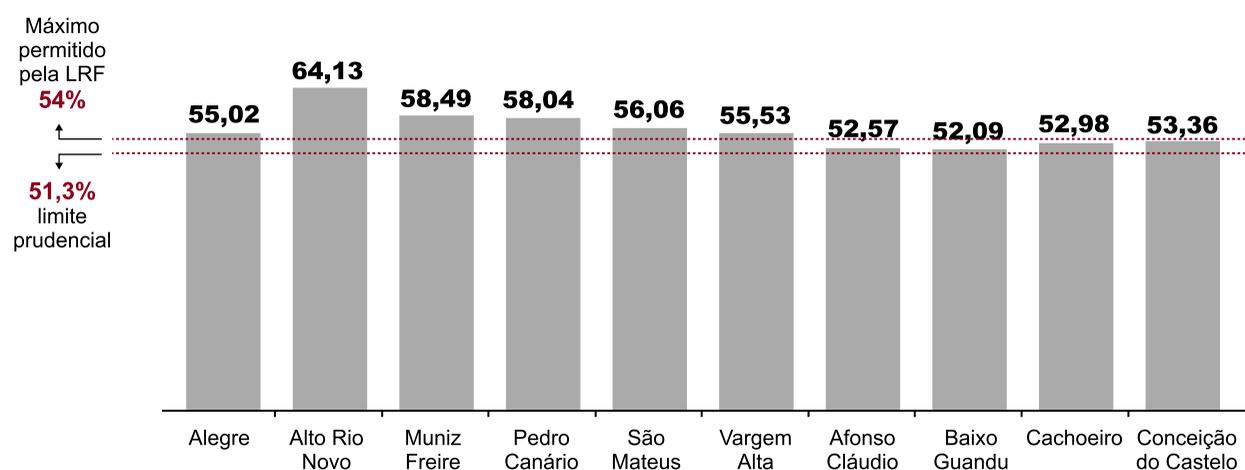
Município	Até junho de 2012	Até junho de 2013	Variação
Alto Rio Novo	11,183	6,371	-43%
Jaguare	40,709	25,460	-37,5%
Piúma	32,945	21,005	-36,2%
São Mateus	133,075	85,674	-35,6%
Sooretama	29,629	19,297	-34,9%
Nova Venécia	52,761	34,390	-34,8%
Marilândia	15,579	10,223	-34,4%
Cariacica	265,946	177,498	-33,3%
C. de Itapemirim	185,267	160,634	-13,3%
Muniz Freire	28,116	24,588	-12,5%
Brejetuba	14,943	13,145	-12%
Serra	513,229	451,856	-12%
Vitória	822,344	735,615	-10,5%
Guarapari	132,580	121,881	-8,1%
Pedro Canário	26,927	24,844	-7,7%
Vargem Alta	27,712	25,869	-6,7%

Município	Até junho de 2012	Até junho de 2013	Variação
Linhares	263,794	248,913	-5,6%
São Dom. do Norte	13,171	12,482	-5,2%
Conceição do Castelo	17,898	17,050	-4,7%
V. Nova do Imigrante	28,116	26,892	-4,4%
Alegre	35,417	33,935	-4,2%
Jerônimo Monteiro	15,513	14,957	-3,6%
Afonso Cláudio	35,666	34,653	-2,8%
S. Roque do Canaã	14,417	14,229	-1,3%
Castelo	40,299	39,800	-1,2%
Colatina	127,906	126,445	-1,1%
Santa Teresa	31,748	31,450	-0,9%
Mantenedópolis	17,621	17,590	-0,2%
Pancas	22,367	22,894	+2,4%
Baixo Guandu	33,059	34,215	+3,5%
Marataízes	61,401	76,438	+24,5%



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Gasto com pessoal sobre a receita corrente líquida do Poder Executivo entre maio de 2012 e abril de 2013



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Aequus Consultoria

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

importados foi reduzida de 12% para 4%, diminuindo os repasses) e do fato de, na época da bonança, entre 2004 e 2008, os prefeitos não terem dado eficiência aos gastos”, ponderou a diretora da Aequus Consultoria, Tânia Villela, especialista em finanças públicas.

Preocupado com a situação, o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, foi, na semana passada, ao governador Renato Casagrande pedir para que os prefeitos possam usar os recursos do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (criado em 2006, transfere 30% do que o Estado arrecada com royalties para os municípios) para pagar despesas de custeio.

“Temos casos de municípios que não estão conseguindo manter seus serviços básicos (limpeza das ruas, educação e saúde). Pedi ao governador que libere os recursos dos royalties para custeio, não vejo outro jeito para amenizar essa situação. Ele me disse que não vê problemas e que aguarda apenas o aval da PGE (Procuradoria Geral do Estado)”. O artigo 3º da lei 8.308, que criou o fundo, diz que os recursos só podem ser aplicados em investimentos.

Pelas contas feitas pela Aequus a pedido da Amunes, a queda de receita dos 78 municípios do Espírito Santo, em 2013, deve rondar os R\$ 600 milhões. “Vamos ter um recuo forte dos investimentos; 2013 e 2014 serão anos de ajustes”, prevê Tânia Villela.